



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

FILIFE TOUTONJE MITOZO

**AS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA ATRAVÉS DA
EMBRAPA NO SÉCULO XXI**

Florianópolis

2014

FILIFE TOUTONJE MITOZO

**AS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA ATRAVÉS DA
EMBRAPA NO SÉCULO XXI**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Paulo Roberto Ferreira, Msc.

Florianópolis

2014

FILIFE TOUTONJE MITOZO

AS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA ATRAVÉS DA
EMBRAPA NO SÉCULO XXI

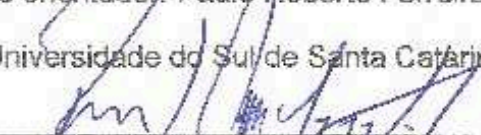
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de Junho de 2014.



Prof. a orientador, Paulo Roberto Ferreira, Msc.

Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Rogério Santos da Costa, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Rosa Beatriz Madruga Pinheiro, Msc.

Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer o apoio e o incentivo oferecidos pela minha família e meus pais Fátima e Péricles, sem os quais não teria a motivação necessária para concluir o trabalho ou mesmo me aventurado no campo das Relações Internacionais.

Também devo o meu agradecimento aos meus amigos e colegas de curso pelos conselhos e ajudas durante este trabalho. Em especial devo muito aos professores da Unisul que contribuíram para a minha formação acadêmica ao longo desses anos.

Devo muito também ao professor Paulo Roberto Ferreira, pela sua dedicação ao me orientar, oferecendo boas ideias para o trabalho, e ao professor Márcio Roberto Voigt pelas orientações iniciais do projeto e na ajuda da escolha do tema.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo tratar sobre os benefícios que a atual Cooperação Técnica Brasil-África através da Embrapa trouxe para as relações entre o país e o continente africano. Neste sentido, verificou-se que no início do século XXI, a partir do governo Lula, o Brasil reestruturou sua política externa, concentrando o seu foco na Cooperação Sul-Sul junto aos países periféricos do globo. Tal destaque trouxe uma revalorização e uma reaproximação do continente africano com o Brasil. A partir desses processos e elementos motivacionais, a cooperação técnica brasileira ganha presença no cenário africano. São criados acordos internacionais e projetos que propõem reformas estruturantes no continente, visando impactos positivos nas esferas sociais, econômicas e ambientais. Mesmo ainda com muitos desafios a percorrer, este modelo de cooperação acaba se tornado benéfico para ambos os lados. Configura-se, portanto, em um instrumento de desenvolvimento social e econômico para a África e um eixo de política externa que promove uma maior autonomia e força política do Brasil frente às discussões e debates internacionais.

Palavras-chave: Relações Brasil-África. Cooperação Sul-Sul. Embrapa.

ABSTRACT

This work aims to address the benefits that the current Technical Cooperation Brazil-Africa by Embrapa brought relations between the country and the African continent. In this sense, it is noted that at the beginning of the century XXI, from the Lula government, the Brazil restructured its foreign policy, concentrating its focus on South-South Cooperation along the peripheral countries of the globe. This emphasis brought a reevaluation and a rapprochement of the African continent with Brazil. From these processes and motivational factors, the Brazilian technical cooperation gain presence on the African scene. International agreements and projects that propose structural reforms are created on the continent, seeking positive impacts on social, economic and environmental spheres. Even with many challenges still to go, this cooperation model has just become beneficial for both sides. Therefore configures itself into an instrument of social and economic development for Africa and an axis of foreign policy that promotes greater autonomy and political strength of Brazil by the international discussions and debates.

Keywords: Brazil-Africa Relations. South-South Cooperation. Embrapa.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SEUS ELEMENTOS | 11 |
| 2.1 O SURGIMENTO E AS MOTIVAÇÕES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO | 11 |
| 2.1.1 Assistência Humanitária | 13 |
| 2.1.2 Cooperação Financeira | 14 |
| 2.1.3 Cooperação Técnica | 15 |
| 2.2 A COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL BRASILEIRA..... | 17 |
| 2.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS | 19 |
| 2.4 COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA | 21 |
| 3 PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA | 25 |
| 3.1 ACORDOS E PROJETOS FIRMADOS ENTRE BRASIL E ÁFRICA | 25 |
| 3.1.1 Acordo De Cooperação Brasil-Angola | 26 |
| 3.1.2 Acordo De Cooperação Brasil-Botsuana | 29 |
| 3.1.3 Acordo De Cooperação Brasil-Burkina Faso | 29 |
| 3.1.4 Acordo De Cooperação Brasil-Cabo Verde | 30 |
| 3.1.5 Acordo De Cooperação Brasil-Congo | 31 |
| 3.1.6 Acordo De Cooperação Brasil-Gana | 33 |
| 3.1.7 Acordo De Cooperação Brasil-Mali | 34 |
| 3.1.8 Acordo De Cooperação Brasil-Moçambique | 35 |
| 3.1.9 Programa de Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (PROSAVANA) | 37 |
| 3.1.10 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali) | 38 |
| 4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL E DA ÁFRICA NO SÉCULO XXI: Benefícios e Desafios a partir da Cooperação Técnica | 42 |
| 4.1 AS PARCERIAS DO BRASIL E DA ÁFRICA NO SETOR AGRÍCOLA | 44 |
| 4.2 OS BENEFÍCIOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA..... | 46 |
| 4.3 DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A COOPERÇÃO TÉCNICA | 49 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| REFERÊNCIAS | 55 |

1 INTRODUÇÃO

No atual mundo globalizado, caracterizado pela disponibilidade e velocidade de acesso à informação, há uma grande facilidade na comunicação e conseqüentemente um maior intercâmbio de conhecimentos e tecnologias. A cooperação entre países no que diz respeito ao compartilhamento tecnológico pode representar um avanço tanto estratégico quanto econômico.

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (2013), a partir do ano de 1987 (ano de criação da agência), foi estabelecida uma coordenação para tratar da Cooperação entre Países em Desenvolvimento, conhecida como cooperação Sul-Sul ou Horizontal. Dentre os seus principais conceitos, ela destaca:

A política externa brasileira prioriza a importância da cooperação Sul-Sul no contexto das relações internacionais tendo em vista sua capacidade de estreitar laços, na esperança de que seja um dos caminhos mais seguros para lograr o desenvolvimento sustentável, a elevação do nível e da qualidade de vida das populações com mais justiça social (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013).

Entre os processos de cooperação Sul-Sul que o Brasil desenvolve, destaca-se a área de agricultura, em especial a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Hoje a empresa conta com 78 acordos bilaterais com 56 países e 89 instituições estrangeiras, principalmente de pesquisa agrícola, envolvendo, sobretudo pesquisas em parceria e em transferência de tecnologia. Sendo o Brasil um importante detentor de conhecimentos técnicos neste campo, a estratégia de cooperação e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento ocorre como uma maneira desses países conquistarem uma maior inserção internacional por meio do desenvolvimento mútuo (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2009).

Deste modo, a empresa tem desenvolvido parcerias com países do Continente Africano, como o Projeto da Embrapa na África cuja missão é:

Auxiliar, promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico através da transferência de tecnologia e do compartilhamento de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2013).

Contudo, ao se estabelecer um projeto de cooperação, é necessário avaliar a capacidade do parceiro de administrar o produto recebido, uma vez que a cooperação prestada pelo Brasil não possui caráter assistencialista, mas visa ao desenvolvimento de seus parceiros e seu fortalecimento institucional, bem como cede a eles a posse do produto recebido. De acordo com a empresa, os projetos

estabelecidos pela a Embrapa na África têm o caráter de coordenar e monitorar as atividades e projetos de cooperação com os países do continente africano, interagindo com governos e entidades locais para determinar as prioridades e necessidades específicas e articular com a Embrapa Sede e seus centros de pesquisa o planejamento e a implementação de projetos e atividades de assistência técnica (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2009).

Com base na atual política Brasileira de cooperação Sul-Sul, o presente trabalho busca analisar a importância das relações internacionais no contexto do Brasil como fornecedor de tecnologia e a forma como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária se insere neste processo. Sendo assim, procura-se esclarecer o seguinte questionamento central: Quais benefícios que a atual cooperação técnica Brasil-África através da Embrapa trouxe para as relações entre o país e o continente africano?

Diante dessa questão e do contexto apresentado no trabalho, tem-se, como objetivos específicos de pesquisa:

- Entender os motivos que levaram o Brasil em optar por uma preferência política de cooperação Sul-Sul;
- Identificar e estudar os principais projetos de cooperação na área de transferência de tecnologia que o Brasil mantém com os países africanos através da Embrapa;
- Observar os tipos de benefícios que a cooperação Brasil-África promove para os países envolvidos.

O estudo feito neste trabalho tem como justificativa apresentar a forma como a cooperação, através da transferência tecnológica, constitui um importante instrumento de política externa capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico entre os países contratantes. Sendo assim, parcerias do Brasil com países do continente africano possibilitam uma análise da estratégia de cooperação Sul-Sul desempenhada pelo Brasil, além de se observar como é desenvolvido o modelo e transferência de tecnologia feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Para isso, instituições como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), setor que compõe a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem a função de mediar esse processo através da negociação, coordenação, implementação e acompanhamento dos programas e projetos brasileiros de

cooperação técnica. Visando a troca de experiências e de conhecimentos, gerando benefício a todas as partes envolvidas na cooperação (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013).

Sendo assim, o atual modelo de cooperação tecnológica com países do eixo Sul-Sul vem permitido uma maior disseminação das tecnologias e inovações da agricultura tropical, e um melhor atendimento às solicitações e demandas dos países que possuem colaboração com a Embrapa visando o seu desenvolvimento agrícola (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2013).

Logo se observa como parcerias desse tipo são importantes tanto para o Brasil quanto para os países africanos envolvidos nesse projeto, pois além de proporcionar uma maior experiência no setor agropecuário brasileiro e destaque para a consolidação de novas parcerias internacionais, promovem também um desenvolvimento da agropecuária em economias mais frágeis onde ainda persistem problemas de abastecimento alimentar.

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados, o presente trabalho consiste em uma pesquisa de caráter básico, no qual se baseia no conhecimento sobre a natureza sem uma finalidade prática ou imediata. Como afirma Gil (2002, p. 18): “uma pesquisa sobre problemas práticos pode conduzir à descoberta de princípios científicos. Da mesma forma, uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata.”.

Com relação aos seus objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório, cuja finalidade é baseada em uma maior ênfase nas descobertas de práticas ou diretrizes que precisam ser modificadas. Logo, isso acaba proporcionando uma maior interação com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito na construção de hipóteses, sendo o seu objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de visões (OLIVEIRA, 2002).

Quanto à abordagem do problema, o trabalho se utiliza de métodos qualitativos de análise, que segundo Gil (2002, p. 90):

Nas pesquisas de cunho qualitativo, sobretudo naquelas em que não se dispõe previamente de um modelo teórico de análise, costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho torne-se significativamente mais complexa, retardando a redação do relatório.

Quanto ao procedimento, a pesquisa constitui-se como sendo bibliográfica. Que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 158):

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Através destas metodologias, busca-se analisar a importância das relações internacionais no contexto do Brasil como fornecedor de tecnologia e a forma como a Embrapa se insere neste processo. Além de buscar os motivos que levaram o Brasil em optar por uma preferência política de cooperação Sul-Sul. Para isso, através de dados e relatórios difundidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de artigos de estudiosos deste assunto, pretende-se através de uma observação bibliográfica coletar, analisar e estudar as principais fontes de pesquisa e de estudo sobre os processos de integração e cooperação Sul-Sul que o Brasil vem reforçando nos últimos anos. Com isso, espera-se compreender e formular qualitativamente um trabalho que explique e identifique as contribuições para o desenvolvimento tanto econômico quanto social do Brasil e da África através da cooperação e transferência tecnológica.

O trabalho será dividido em três seções principais, de acordo com cada objetivo específico. Sendo assim, na primeira seção busca-se apresentar as definições e conceitos de Cooperação Técnica Internacional e suas motivações, além de uma breve introdução sobre outras formas de cooperação internacional (Assistência Humanitária e Cooperação Financeira). Destacam-se também os motivos que levaram o Brasil em optar por uma relação mais estreita com os países do eixo Sul através de uma cooperação política Sul-Sul, em especial nos países do continente africano. Na segunda seção, serão definidos os projetos de cooperação técnica que o Brasil desenvolve em alguns países africanos em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e como eles são formulados e elaborados. Por fim, na terceira e última seção serão analisados os benefícios, as vantagens e os desafios que a cooperação técnica trouxe para o Brasil e para os países africanos envolvidos nos projetos de cooperação.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SEUS ELEMENTOS

Para um melhor esclarecimento com relação ao surgimento e atuação da Cooperação Técnica Internacional, faz-se necessário destacar e explicar brevemente alguns aspectos, motivações e algumas modalidades que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento desempenha, já que ambas estão correlacionadas em seus conceitos. A partir desses elementos, busca-se mostrar como a Cooperação Sul-Sul vem ganhando destaque na política internacional brasileira e seus reflexos para a África, além da formulação e desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica.

Devido a Cooperação Técnica Internacional constituir-se como uma das vertentes da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, procurou-se adotá-la como um importante mecanismo de desenvolvimento entre os países desde a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) e no pós-guerra. Seu papel tem exercido uma importante função dentro das relações internacionais, auxiliando seus atores a promoverem mudanças tanto qualitativas quanto estruturais de acordo com seu contexto socioeconômico, através da transferência e compartilhamento de conhecimentos e experiências. Sua atuação pode ser caracterizada como uma intervenção temporária, voltada para o auxílio de problemas específicos inseridos em determinado contexto, ou explorando oportunidades e novos modelos de desenvolvimento.

2.1 O SURGIMENTO E AS MOTIVAÇÕES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

O surgimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento tem início aproximadamente com o período pós-segunda guerra, que resultou em uma reestruturação completa das relações internacionais até então. Como consequência da guerra, muitos países europeus se viram em completa ruína e instabilidade tanto econômica quanto social. No intuito de reconstruir e reestruturar economia europeia e assegurar a paz, foram implementados projetos que buscassem promover a cooperação e o desenvolvimento entre países. A partir destes acontecimentos, surgem as primeiras iniciativas da formação de uma cooperação internacional

através do surgimento das Nações Unidas, das instituições de Bretton Woods, e do Plano Marshall, motivadas pela necessidade de reconstruir os países afetados pela guerra e promover o desenvolvimento nos países menos industrializados. (PUENTE, 2010).

Como se pôde observar, a busca da cooperação internacional na formação de acordos políticos, estratégicos e comerciais com países ou blocos, tem como um de seus princípios básicos a ideia da “alteridade”, que segundo Amorim (1994, p. 151):

O respeito de um Estado pela existência de outros Estados, cujos objetivos podem e devem ser por eles próprios traçados. Assim, a ideia hobbesiana da vida internacional como a “guerra de todos contra todos”, temperada apenas pela moderação que a própria razão e o auto-interesse ditassem, representa, paradoxalmente, um momento importante na evolução do pensamento político e da própria ideia de cooperação, na medida em que contribui para enterrar os mitos que tornariam qualquer cooperação autêntica impossível.

No Brasil, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento teve início nos anos 1960 e 1970, com os movimentos de independência de ex-colônias da África e da Ásia e de países não alinhados, além de sua crescente influência no âmbito da ONU, abrindo espaço de diálogo das nações Norte-Sul. Muitas das instituições brasileiras do governo federal, entre ministérios e entidades vinculadas, estão hoje diretamente envolvidas nas ações da cooperação internacional. Com isso, o país acumulou significativos resultados na implementação de suas políticas sociais, o que aumentou os pedidos de compartilhamento de suas experiências com países parceiros. Isso possibilitou o reconhecimento do Brasil como um ator emergente na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, recebendo atenção da comunidade internacional de doadores, os países-membros do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (CINTRA, 2010).

Com relação às motivações da Cooperação para o Desenvolvimento e a razão de países doadores se engajarem na cooperação com países receptores. Durante a Guerra Fria, predominaram como elementos motivacionais, com relação ao doador, os fatores de segurança militar, política e economia, se utilizando de discursos éticos, altruístas e humanitários. Contudo, foram omitidas outras motivações, um pouco mais egoístas, por parte dos principais atores envolvidos, uma combinação de fatores políticos, econômicos e estratégicos movidos de acordo com seus interesses. Ao longo do tempo, a evolução do cenário internacional

determinou um novo ajuste nas prioridades que movem o interesse pela cooperação para o desenvolvimento entre países. (PUENTE, 2010).

Além das motivações que movem o interesse de um país em se engajar numa cooperação internacional, existem também diferentes modalidades de Cooperação para o desenvolvimento, entre as mais comuns destacam-se: Assistência Humanitária, a Cooperação Financeira e a Cooperação Técnica (PUENTE, 2010). Serão explicados nos tópicos seguintes alguns dos conceitos de cada modalidade e a participação brasileira nesse processo, com destaque maior na área de Cooperação Técnica, devido este ser um dos principais focos de análise deste trabalho.

2.1.1 Assistência Humanitária

A Assistência Humanitária não está classificada no quadro de modalidades do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Contudo, por ser uma área que consiste em ajuda com recursos empregada em assistência emergencial e humanitária em países que passam por catástrofes. Ela continua funcionando como uma modalidade devido ao fato de países doadores contabilizarem seus custos como Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD). (PUENTE, 2010).

A ajuda do Brasil a países ou regiões que se encontram em situações de emergência ou de calamidade pública teve um crescimento significativo. De acordo com dados reportados pelas instituições do governo federal, observa-se a predominância de ministérios e de entidades com atuação relevante em questões de alimentação, saúde, frete e direitos humanos e que constituem o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI). O governo brasileiro tem priorizado auxiliar as populações mais necessitadas, especialmente nos países de baixa renda. Quanto à utilização dos recursos desembolsados, pode-se destacar o gasto com doações em suprimentos (bens alimentícios e medicamentos), com repasses de recursos orçamentários às embaixadas brasileiras para a compra de produtos no mercado local, além de custos com passagens e diárias, com utilização de materiais e equipamentos, com a hora técnica de

profissionais brasileiros e com custos administrativos associados à Assistência Humanitária Internacional (AHI). (CINTRA, 2010).

2.1.2 Cooperação Financeira

A Cooperação Financeira é a modalidade que inclui a maior parte dos recursos destinados na Cooperação para o Desenvolvimento. Constitui-se de um conjunto de concessões de empréstimos e investimentos financeiros a fundo perdido para países com baixo nível de desenvolvimento econômico e social. Sua função é promover melhores condições socioeconômicas no país receptor, através de doações e créditos de longo prazo com taxas de juros mais favoráveis, vinculados a programas e projetos de reformas macroeconômicas, estruturais ou setoriais, e serviços de assessoria para implementação desses programas e projetos. (PUENTE, 2010).

As contribuições a organismos internacionais e a destinação de recursos para a integralização de capital de bancos regionais se incluem entre as ações da Cooperação Financeira Internacional que o Brasil se insere. O expressivo crescimento dos recursos financeiros destinados à contribuição com organismos internacionais nos últimos anos resulta de novas adesões feitas pelo país a outras organizações e se alinha à crescente relevância do Brasil junto à Organização Mundial da Saúde (OMS), à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e à Organização das Nações Unidas (ONU). Com relação a ONU, o país se destaca em suas operações de paz no Haiti e sua assistência humanitária no acolhimento de refugiados. No âmbito regional, o Brasil é um dos principais contribuintes do Fundo de Convergência Estrutural e de Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (Focem). O restante das contribuições vai para outras organizações internacionais representadas pelas integralizações de capital de fundos de bancos regionais dos quais o Brasil faz parte, cujas cotas de integralização variam em função das reposições de capital e da participação relativa do Brasil no capital do organismo. Fora da região o Brasil contribui com o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) desde 1973. Os recursos deste fundo financiam, em termos concessionais, projetos e contribuem com o crescimento

econômico e com a redução da pobreza nos países de baixa renda do continente africano. (CINTRA, 2010).

2.1.3 Cooperação Técnica

A Cooperação Técnica pode ser caracterizada como uma das principais modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, desempenhando e desenvolvendo capacidades técnicas de instituições ou de indivíduos através da cooperação. Tais capacitações estão muitas vezes direcionadas à apropriação e ao compartilhamento de conhecimentos por segmentos da população e ao aperfeiçoamento das ações de instituições públicas e privadas, bem como intervenções promovendo o desenvolvimento em áreas geográficas menos favorecidas. Por meio da Cooperação Técnica, os países beneficiários têm acesso a tecnologias, experiências, conhecimentos e capacitação disponíveis no exterior. (BRASIL, 2004a).

Quanto ao conceito de Cooperação Técnica, sua definição está longe de envolver um entendimento universal por parte de seus estudos. A expressão "Assistência Técnica" foi estabelecida, em 1948, por meio da resolução nº. 200, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Definindo-a como uma transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento. Contudo, tal terminologia tornou-se inadequada, devido à forma como a palavra "assistência" era empregada, dando uma ideia de uma ajuda de caráter assistencialista com relação à cooperação. Então em 1959, a Assembleia Geral da ONU decidiu rever o conceito de "Assistência Técnica", substituindo a expressão por "Cooperação Técnica", termo que se tornou mais propício para definir a relação que se tem pela existência de partes desiguais, representando uma relação de trocas e de interesses mútuos entre países. Desta forma, a Cooperação Técnica tem se configurado como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. Logo, este tipo de cooperação contribuiu para o processo de desenvolvimento socioeconômico e promovendo a transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não

comerciais, com o propósito de se alcançar objetivos previamente definidos e acordados entre as partes. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013b).

No Brasil, a Cooperação Técnica tem buscado desenvolver a capacitação de indivíduos e o fortalecimento de organizações e instituições no exterior. Atuando principalmente através de processos de transferência e compartilhamento de conhecimentos e tecnologias nacionais na tentativa de gerar impactos positivos no desenvolvimento autônomo de outros países. Com relação à agenda brasileira de cooperação técnica Baumann (2013, p. 27) afirma:

A definição da agenda de cooperação técnica brasileira segue diretrizes políticas nacionais, particularmente oriundas da política exterior e da dimensão internacional de políticas públicas. A presença física de representantes do governo brasileiro no exterior assegura a transferência ou o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias nacionais para o desenvolvimento internacional, além de projetar e ampliar a presença do país no exterior. Com isto, abrem-se e se fortalecem canais de comunicação que, por sua vez, podem originar novas frentes independentes da cooperação técnica, de relações políticas, econômicas, financeiras e comerciais do Brasil com países parceiros.

Para mediar e coordenar os processos de cooperação que o Brasil desempenha, existem instituições como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), setor que compõe a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Sua função baseia-se em coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, tanto com relação a países estrangeiros quanto a organismos internacionais, através da troca de experiências e de conhecimentos, gerando benefício a todas as partes envolvidas na cooperação. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013c).

A ABC também desempenha um importante papel executivo nas relações políticas de cooperação técnica do MRE, seja sob as vertentes bilateral, multilateral ou horizontal. Com o objetivo de definir, estruturar e operacionalizar programas e projetos de cooperação técnica internacional desenvolvidos no país, a ABC atua e participa em programas juntamente com as demais unidades do MRE, órgãos governamentais e com instituições brasileiras envolvidas na proposição e execução de projetos. Cabe a agência a função de representar o governo brasileiro em reuniões e eventos, tanto no Brasil quanto no exterior, que tratem da cooperação técnica internacional como instrumento de promoção do desenvolvimento. (BRASIL, 2004a).

2.2 A COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL BRASILEIRA

A cooperação técnica sul-sul brasileira ou cooperação técnica horizontal, pode ser caracterizada pela transferência e compartilhamento de conhecimentos, buscando contribuir para o aprofundamento de suas relações com os países em desenvolvimento. Essa cooperação é inspirada no conceito de *diplomacia solidária*, na qual o Brasil coloca à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e conhecimentos de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos. (CINTRA, 2010).

A cooperação sul-sul entra então para a agenda da política exterior brasileira seguindo o modelo *system-affecting state*, que segundo Lima (2005, p. 2):

Nesta categoria estão aqueles países que dispoñdo de recursos e capacidades relativamente limitadas, comparativamente às potências, mas com perfil internacional assertivo valorizam as arenas multilaterais e a ação coletiva entre países similares de forma a exercer alguma meta de poder e influenciar nos resultados internacionais.

Partindo desse princípio, o Brasil busca na cooperação sul-sul um novo tipo de relacionamento no cenário internacional, desenvolvendo políticas menos centradas na dimensão norte-sul e mais voltadas para países que tenham características semelhantes com o Brasil e com interesses no reordenamento do sistema internacional.

Sobre as diferentes visões da inserção internacional do Brasil com relação à cooperação sul-sul, Saraiva, M. (2007) destaca duas características importantes. A primeira, de caráter mais autonomista, defende uma projeção mais autônoma do Brasil na política internacional, com preocupações de caráter político-estratégico dos problemas Norte/Sul, dando maior destaque à perspectiva brasileira de participar do Conselho de Segurança das Nações Unidas e buscando um papel de maior liderança brasileira na América do Sul. Já a segunda, de caráter mais liberal, mas sem abrir mão das reivindicações da primeira, procura dar maior importância ao apoio do Brasil aos regimes internacionais em vigência, defendendo uma inserção internacional do país a partir de uma *soberania compartilhada* e da *autonomia pela participação* (onde valores globais devem ser defendidos por todos). (SARAIVA, M., 2007).

Tal autonomia política levou a uma atuação do Brasil em experiências conjuntas com os países do eixo sul, onde se encontram as principais nações em desenvolvimento. Esta aproximação se deve principalmente na crença de que estes países tenham características semelhantes ao Brasil e que juntos possuam uma parcela de autonomia na formulação de suas ações internacionais, aumentando sua capacidade de negociação na esfera internacional frente a ações unilaterais de grandes potências.

Sendo assim, as iniciativas de cooperação sul-sul levadas adiante pela política externa brasileira ocupam atualmente um papel cada vez mais relevante no cenário das ações internacionais do país. Este movimento se estabelece a partir da nova conjuntura internacional multilateral dos anos 90 e com a ascensão dentro do Itamaraty da corrente autonomista da diplomacia brasileira. (SARAIVA, M., 2007).

Sendo assim, a cooperação sul-sul brasileira tem buscado estabelecer um maior grau de horizontalidade possível com relação entre prestador e receptor de conhecimentos e técnicas. Tendo como principal característica sua essência não lucrativa e desvinculada de qualquer conotação econômica e comercial e descaracterizada pela coordenação entre doadores, como é afirmado pelo Ministério das Relações Exteriores em um de seus princípios.

O Brasil não se considera um "emerging donor". Isso faz com que a relação do Brasil com outras partes não seja caracterizada pela coordenação entre doadores. O Brasil considera que a cooperação sul-sul não é uma ajuda ("aid"), mas sim uma parceria na qual as partes envolvidas se beneficiam, ou seja, adota o princípio da horizontalidade na cooperação. (BRASIL, 2013).

Outra característica que o governo brasileiro destaca é o particular cuidado em atuar com base nos princípios do respeito à soberania e da não intervenção em assuntos internos de outras nações sem imposições ou condicionalidades políticas. Tendo como objetivo o desenvolvimento integral dos parceiros, impulsionando mudanças estruturais em suas economias, através de um crescimento social sustentável. As estruturas de cooperação técnica através da troca de experiências e de conhecimentos demonstram que é possível realizar atividades de elevado conteúdo socioeconômico mesmo em contextos desafiadores em termos políticos, econômicos ou sociais, desde que haja disposição e vontade política entre as partes. Em suas relações com os países em desenvolvimento, o governo brasileiro buscou se distinguir pelo compromisso em conceber, de forma conjunta com o país parceiro, iniciativas fundamentadas no desenvolvimento efetivo

de capacidades locais, potencializando a autoestima dos beneficiários diretos dos programas e projetos. (CINTRA, 2010).

2.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Em sua maioria, muitos dos acordos de cooperação técnica internacional são realizados dentro de um quadro jurídico do Direito Internacional, podendo ser estabelecido entre os governos de dois países (cooperação bilateral) ou entre o governo de um país e uma organização internacional (cooperação multilateral). Nesses acordos estão estabelecidos os principais fundamentos da cooperação, e cabe ao Projeto de Cooperação a transmissão de informações básicas sobre os objetivos a serem atingidos, o plano de trabalho a ser implementado, além de prazos de execução a serem cumpridos. Sendo assim, a formulação de um Projeto de Cooperação Internacional está entre os instrumentos mais importantes que contribuem para o aperfeiçoamento e otimização da Cooperação Técnica Internacional como ferramenta de desenvolvimento.

Os projetos constituem um dos instrumentos mais característicos da Cooperação para o Desenvolvimento. Um projeto pressupõe uma intervenção precisa e finita no país beneficiário, especificando com detalhe os objetivos, atividades e despesas a serem financiadas. (AFONSO; FERNANDES, 2004, p. 75).

Segundo Maximiano (1994), um projeto pode ser definido como uma unidade de trabalho operacional das atividades de cooperação. Por conta disso, o domínio do conceito de projeto e das técnicas de gerenciamento de projetos é um requisito para quem pretende atuar nesta área.

O projeto de cooperação técnica internacional sempre é, ao mesmo tempo, de cooperação recebida e de cooperação prestada, quando visto, respectivamente pelo ângulo da instituição que se beneficia e da instituição doadora. O projeto que é de cooperação recebida para uma organização (beneficiária ou executante) tem a contrapartida de ser um projeto de cooperação prestada para outra (doadora ou patrocinadora). Isso implica uma variação no enfoque e nas tarefas de gerenciamento de um projeto, conforme o ângulo do doador e do receptor. O gerente de um projeto de cooperação recebida tem um papel de cliente; o de um projeto de cooperação prestada tem um papel de fornecedor de serviços. (MAXIMIANO, 1994, p. 496).

Contudo, como visto anteriormente, a estratégia de cooperação técnica adotada pelo Brasil com países do Sul não possui caráter assistencialista, pois visa o desenvolvimento mútuo de seus parceiros e seu fortalecimento institucional, como afirma a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2009, p. 27):

É importante destacar também a prioridade dada pelo atual Governo à cooperação entre países do Sul, entendida como uma maneira desses países conquistarem maior inserção internacional por meio do desenvolvimento mútuo. Entretanto, ao se estabelecer um projeto de cooperação, é necessário avaliar a capacidade do parceiro de administrar o produto recebido, uma vez que a cooperação prestada pelo Brasil não possui caráter assistencialista, mas visa ao desenvolvimento de seus parceiros, bem como cede a eles a posse do produto recebido.

A Cooperação Técnica Internacional constitui-se deste modo como um instrumento que privilegia a promoção do desenvolvimento nacional, uma vez que promove a transferência de conhecimentos e técnicas, em caráter não comercial, de outros países e de organismos internacionais. Isso contribui também para o adensamento de suas relações políticas, econômicas e comerciais com os seus parceiros de cooperação. (BRASIL, 2004b).

Cabem às agências ou organizações especializadas em cooperação intermediar os recursos e projetos, desempenhando com mais frequência um papel de coordenador, formando uma ponte entre os dois interesses técnicos. Como é o caso da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), cuja tarefa tem se baseado na coordenação, elaboração e execução dos programas de cooperação técnica entre o Brasil e outros países ou organismos internacionais. Sendo assim, a gerência de projetos, é uma função desempenhada em regime *ad hoc* tanto pelos funcionários técnicos ou gerenciais da agência quanto por técnicos ou gerentes de outras organizações, diretamente envolvidas na atividade de cooperação. Portanto, a gerência de projetos não é uma função desempenhada exclusivamente pelos funcionários das agências de cooperação, mas uma função compartilhada com os técnicos. (MAXIMIANO, 1994).

Além disso, a ABC exerce o papel de assessorar as instituições contratantes na elaboração de projetos, apoiar as negociações com outros países e organismos estrangeiros e internacionais e acompanhar a execução dos projetos. Para isso, a ABC atua como órgão autônomo e em sintonia com as diretrizes da política externa brasileira, concentrando esforços nos setores considerados prioritários pelos parceiros envolvidos na cooperação, dando preferência a programas que favoreçam o aprofundamento das suas relações e que abram boas perspectivas para o relacionamento político, econômico e comercial. (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2009).

Uma vez aprovado e implementado o projeto de cooperação técnica, os elementos aos quais se reportarão as equipes de monitoramento serão aqueles

especificados no documento de projeto. Sua justificativa não se baseia apenas pelos recursos a ele alocados, nem necessariamente o que é construído ou produzido diretamente em termos de infraestrutura, mas sim os benefícios alcançados por tais recursos e pelos produtos obtidos, através de contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do país e melhoria da qualidade de vida da população. Esses são os elementos fundamentais a serem ponderados na análise das propostas de projetos e nas missões de avaliação promovidas pelas agências de cooperação. (BRASIL, 2004b).

2.4 COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA

O Brasil também vem buscando um papel de liderança e cooperação com países para além da América Latina. Como é o caso do continente africano, que passa a ser visto como uma área na qual o Brasil teria uma maior facilidade em obter alguma influência regional, com objetivos de maior projeção política internacional e de ampliação de mercado. Como afirma Saraiva, J. (2012, p. 17):

O Brasil parece necessitar da África na mesma proporção que os africanos admiram as relações atlânticas com o lado de cá. A identidade mútua e as aspirações de autonomia decisória animam os movimentos das diplomacias e dos empresários. Mas também das sociedades civis organizadas. No mundo das coalizões do Sul, no sistema das relações internacionais do início do século XXI, há um novo lugar da África. E o Brasil tem a possibilidade de construir pontes no mar ribeirinho. Essa é a dimensão idealista das relações internacionais.

Na verdade, segundo Saraiva, J. (2012), a parceria com a África tem raízes históricas que remontam desde a década de 1960, cujos objetivos diplomáticos do Brasil na África foram, principalmente, o de projetar a imagem de um poder tropical e industrial, que um dia fora colônia, e o de convencer os Estados africanos de que as relações históricas do Brasil com Portugal, última metrópole colonial na África, não inibiriam o desenvolvimento de relações com os países da região. Ainda de acordo com o autor, no plano bilateral, essas relações se organizaram em torno de quatro grandes eixos: a assinatura de tratados de cooperação comercial e técnica; o aumento de rotas de comércio no Atlântico; a abertura de investimentos para projetos de desenvolvimento e a retomada do discurso culturalista.

Contudo, depois de anos de ativa cooperação mútua e empreendimentos comuns, a África marginalizou-se no sistema internacional. Houve uma diminuição

na prioridade da política africana no Itamaraty, o que levou o Brasil a priorizar outras áreas, encerrando o ciclo de grande participação brasileira na cooperação e no desenvolvimento africano. Segundo Saraiva, J. (2012), a África estava passando neste período por difíceis transições para a vida democrática e descrédito dos centros de decisão econômica, as possibilidades de diálogo do continente africano com o mundo foram reduzidas. Quatro décadas depois do início das independências, o continente africano encontrava-se em crise profunda, de contornos manifestos, mas de explicação controversa.

Porém, com o início do século XXI, o Brasil se volta novamente para a África buscando novos investimentos, tentando recuperar um lugar no continente africano que está cada vez mais disputado e que atrai novos investimentos principalmente das novas potências emergentes mundiais como a China e a Índia. Surge um renascimento da política Brasil-África, que segundo Saraiva, J. (2012, p. 24):

Por meio dos movimentos dinâmicos de sua política exterior e de uma pauta comercial de produtos diversificados e que evolui percentualmente para já representar cerca de 6% das suas trocas internacionais, o Brasil tem aproveitado possibilidades na brecha africana.

Com isso, o Brasil conta com diversos programas de cooperação e assistência na África, através da Agência de Brasileira de Cooperação (ABC), que coordena e executa projetos de cooperação técnica promovendo o desenvolvimento social, envolvendo as áreas de agricultura (incluindo produção agrícola e segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e turismo (ABC, 2013a). Além do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que de acordo com seus objetivos busca o fortalecimento da agenda de cooperação pelo mapeamento e transferência do conhecimento brasileiro em um conjunto de áreas temáticas que incluem segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, redução da pobreza, entre outras, além do fortalecimento de capacidades e da inclusão de novos parceiros nos arranjos de cooperação triangular. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

Seguindo com a política externa do governo brasileiro de aproximação e cooperação com os países africanos, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vem coordenando e monitorando as atividades e projetos

de cooperação com os países do continente africano através do Projeto de Cooperação Técnica para a África (Embrapa África). Cujas finalidades são auxiliar, promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico dos países africanos por meio do compartilhamento de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2009).

Para isso, interage com governos e entidades locais para determinar as prioridades e necessidades específicas e articula com a sua sede e seus centros de pesquisa o planejamento e a implementação de projetos e atividades de assistência técnica. Entre as principais áreas abordadas pela cooperação estão: uso sustentável dos recursos naturais, sistemas produtivos e proteção sanitária de plantas e animais; fruticultura e horticultura tropical; biotecnologia e troca de material genético; zoneamento agrícola; transferência de tecnologia; e capacitação de recursos humanos (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2009).

De acordo com a Embrapa (2009), a seleção dessas áreas tem como foco a sustentabilidade da agricultura no continente, beneficiando tanto o pequeno produtor como o agronegócio no continente e, com isso, criando oportunidades para o agronegócio brasileiro.

A partir destas afirmações podem-se observar as novas oportunidades abertas para a ideia de uma África parceira do Brasil, proporcionando uma maior experiência no setor agropecuário brasileiro e promovendo o desenvolvimento na agropecuária nos países onde ainda persistem problemas de abastecimento alimentar. Que nas palavras de Saraiva, J. (2012, p. 24) destaca:

Mas há sempre a chance, aqui como na África, de reverter-se velhas possibilidades não preenchidas por parcerias altruístas. Entre elas se destacam o desenvolvimento sustentável, os temas da agricultura para exportação e para as famílias que ainda vivem na geografia da fome, além do avanço cidadão e social na agenda internacional, bem como a esperança de uma África transformada positivamente ao final do século XXI.

Como se pode observar, o Brasil tem buscado adotar princípios e práticas de cooperação internacional baseadas na transferência de conhecimentos, na capacitação e no emprego da mão-de-obra local através de projetos desenvolvimentistas. Estas ações acabam por criar grandes expectativas para os países em desenvolvimento da África. Isto contribuiu para o reconhecimento da cooperação técnica horizontal brasileira e mostrou um caminho diferente dos países doadores tradicionais com foco sem caráter assistencialista, estreitando as relações

com o continente africano. No capítulo seguinte, serão abordados alguns dos principais projetos desenvolvidos entre o Brasil e a África, ilustrando exatamente este intercâmbio de práticas e técnicas produtivas e o papel da Embrapa neste processo.

3 PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente acréscimo no número de acordos internacionais firmados entre o Brasil e países da África, juntamente com o número de projetos de cooperação técnica desenvolvidos. Isto mostra que a Cooperação Técnica Horizontal vem se destacando cada vez mais como principal política internacional na agenda diplomática brasileira. O governo brasileiro tem atuado principalmente na cooperação junto às nações de língua oficial portuguesa. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, a cooperação brasileira prestada junto a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde correspondem a 55% do volume de recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África. Contudo, no intuito de se diversificar seus parceiros, a cooperação brasileira ampliou suas atividades no continente, onde são negociados e desenvolvidos novos acordos com novos parceiros, como Senegal, Tanzânia, Namíbia, Benim, Libéria, Serra Leoa, República do Congo, Botsuana, Sudão, Mali, Marrocos, Zimbábue e Zâmbia, dentre outros. (BRASIL, 2010)

Segundo a ABC, desde 2008, tem-se buscado praticar uma nova estratégia de ação para a Cooperação Sul-Sul do Brasil, privilegiando a criação de projetos “estruturais/estruturantes” no lugar da reprodução automática do modelo tradicional de projetos pontuais. Tais projetos estruturais oferecem diversas vantagens para a cooperação brasileira e, principalmente, para os países beneficiários: aumenta-se o impacto social e econômico sobre o público-alvo da cooperação; assegura maior sustentabilidade dos resultados da cooperação do Brasil; facilita a mobilização de instituições brasileiras para a implementação de diferentes componentes dos projetos; e cria espaço para a mobilização de parcerias triangulares com outros atores internacionais. Destacam-se nesta linha de projetos estruturais/estruturantes, a cooperação técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) nas áreas de agricultura e formação profissional. (BRASIL, 2010).

3.1 ACORDOS E PROJETOS FIRMADOS ENTRE BRASIL E ÁFRICA

A seguir, serão apresentados de forma resumida alguns dos projetos da ABC realizados durante o ano de 2010 e dos atuais em fase de negociação que tratam dos acordos e iniciativas de cooperação técnica prestada pelo Brasil aos países africanos, com principal destaque nos programas que foram realizados em parceria com a Embrapa e demais instituições de reestruturação agrícola. No final do capítulo serão apresentados separadamente os projetos do PROSAVANA, acordo desenvolvido entre o Brasil, Japão e Moçambique, seguido pelo programa Cotton-4, destacando a importância do projeto formado entre o Brasil e mais quatro países africanos: Benim, Burkina Faso, Chade e Mali.

O objetivo deste segmento tem o caráter de demonstrar e compreender como são estabelecidos os projetos de cooperação técnica brasileira e seus planos de desenvolvimento para determinadas áreas do continente africano. Contudo, ainda não foram avaliados os seus resultados obtidos, pois muitos destes projetos ainda estão em fase de negociação e implementação, enquanto os outros já em execução precisam amadurecer um pouco mais para se observar os seus verdadeiros efeitos socioeconômicos e ambientais.

3.1.1 Acordo De Cooperação Brasil-Angola

Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980 e promulgado em 05 de Outubro de 1990, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Popular de Angola.

Em Angola, elaborou-se através do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Angola, por meio do Instituto de Investigação Agronômica, em parceria com a Embrapa, o projeto de **Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola**. O projeto tem desempenhado funções baseadas na reestruturação e na recuperação de infraestruturas de apoio à pesquisa agropecuária. Contudo, devido à demora de implementação do projeto e as constantes paralisações sofridas nessas áreas, houve a saída de muitos analistas treinados, gerando a necessidade de um reinvestimento no setor na necessidade de formar mão de obra qualificada. Entre os principais objetivos do projeto de cooperação estão o apoio as atividades de

capacitação de técnicos angolanos do Instituto de Investigação Agronômica (IIA) em métodos e execuções de análises de solos, de plantas, de sementes e culturas de tecidos vegetais. (BRASIL, 2010).

Em Angola, além do projeto apresentado em parceria com a Embrapa, valem destacar também mais outros três projetos de cooperação técnica na área de agricultura envolvendo outras instituições com os mesmos propósitos.

Em virtude das destruições e perdas provocadas pela guerra civil, a República de Angola tem investido na reconstrução do setor agrícola no país. Atualmente existe por meio de iniciativa do governo angolano uma grande necessidade na formação e no desenvolvimento de técnicos treinados para transferência de conhecimentos para agricultores e de sua capacitação para o trabalho de assistência técnica para a agricultura familiar. Há no país uma grande carência na formação de equipes capazes identificarem a situação atual das comunidades, de modo a estabelecer as prioridades e as necessidades do meio rural. Para sanar essas dificuldades, foi elaborado em conjunto com a Empresa de Assistência e Extensão Rural do DF (EMATER-DF) do Brasil e o Instituto de Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Angola (IDA/MINADERP) o projeto de **Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos**. Seu objetivo está baseado em prover aos técnicos do setor uma maior competência e habilidade na organização e gestão de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do espaço rural. Os profissionais beneficiados pelo projeto atuarão por meio de execuções de metodologias participativas, estabelecendo prioridades de atuação em comunidades de agricultura familiar em diferentes extensões. Serão também implantadas durante a execução do projeto as Unidades de Experimentação, cujo objetivo está na construção de conhecimentos baseados numa tecnologia ou prática agropecuária ou social que analisem as vantagens e desvantagens dos resultados sociais e ambientais das comunidades rurais, quando comparados com os métodos de plantio utilizados anteriormente, visando demonstrar aos produtores a viabilidade da produção. (BRASIL, 2010).

Outra deficiência evidente no sistema agrário angolano está em grande parte de seus produtores rurais desenvolvem uma agricultura de subsistência, utilizando ferramentas manuais e precárias para o desenvolvimento do seu trabalho

e com baixo nível técnico de conhecimento no desenvolvimento de atividades agrárias mais produtivas, o que os torna dependentes das importações de produtos alimentares. Isso traz ao país uma grande necessidade no desenvolvimento de ações para reorganização e revitalização do setor produtivo rural. Sendo assim, o **Programa de Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola** em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Brasil) e o Instituto de Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Angola (IDA/MINADERP) (Angola), visa atender as necessidades de fortalecimento do corpo técnico de agricultores em ações de profissionalização rural, através de capacitações metodológicas dos profissionais do setor e profissionalização do setor agrário, além de intercâmbios de conhecimentos nas áreas de Formação Profissional Rural e Promoção Social. (BRASIL, 2010).

Mesmo apresentando um grande potencial de produção agrícola, além de esforços no desenvolvimento de programas para se atingir a autossuficiência alimentar, em Angola, muitas das perdas causadas na produção são devidas às pragas e doenças que atingem o campo no período de pós-colheita, afetando diretamente a qualidade dos produtos alimentares. Para isso, o país vem concentrando seus esforços no controle fitossanitário das produções agrícolas, como nos materiais de propagação vegetativa, que são importados ou produzidos no país, a qualidade e a proveniência das sementes utilizadas no processo produtivo, além do trabalho de redução do risco de contaminação e dispersão de pragas no território angolano. Para auxiliar nesses esforços, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil) e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Angola) elaboraram o projeto de **Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária**. Seu objetivo é auxiliar em ações de políticas de produção agrícola em Angola como instrumento de promoção e formação no desenvolvimento econômico-social das populações. De acordo com o projeto, serão adotadas novas formas de reestruturação da política administrativa no campo da sanidade vegetal e saúde ambiental, com a implantação de novas medidas fitossanitárias, contribuindo para a inovação de métodos mais eficazes nas atividades de prevenção e inspeção fitossanitária. (BRASIL, 2010).

3.1.2 Acordo De Cooperação Brasil-Botsuana

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, firmado em 26 de julho de 2005.

A pecuária é uma das principais atividades econômicas de Botsuana, onde são criados bovinos mestiços, de origem europeia, principalmente dos cruzamentos entre as raças Brahman, Simental, Santa Gertrudes, Charolês e Bonsmara. Porém, os índices de produtividade de carne são baixos, mesmo para animais criados em confinamento. O projeto de **Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte**, em conjunto com a Embrapa e o Ministério da Agricultura de Botsuana, pretende auxiliar o Governo de Botsuana a consolidar a política de expansão da pecuária de corte no país, buscando o desenvolvimento rural e o aumento na geração de emprego e renda locais. Serão oferecidos processos de capacitação aos profissionais de Botsuana em procedimentos, práticas, processos de produção e cuidados com a saúde animal, viabilizando uma produção econômica e sustentável de carne bovina. De acordo com o projeto, destacam-se ainda as capacitações em implantação e gestão dos sistemas de produção de pecuária de corte; a produção e manejo de pastagens nativas; armazenamento de alimentos para seca; sistemas de cultivo e manejo de pastagens e procedimentos para garantir a alimentação animal nos períodos de seca. (BRASIL, 2010).

3.1.3 Acordo De Cooperação Brasil-Burkina Faso

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burkina Faso, firmado em 30 de agosto de 2005.

O projeto de **Fortalecimento da Pecuária Leiteira em Burkina Faso**, promovido pela Embrapa juntamente com o Ministério dos Recursos Animais do Governo de Burkina Faso, tem como objetivo o apoio na consolidação e no fortalecimento da política de expansão da pecuária leiteira no país, visando o

desenvolvimento do setor agrícola, segurança alimentar e à geração de emprego e renda. De acordo com o projeto, dentre as atividades a serem atingidas estão incluídas as capacitações de curta duração para 12 técnicos de Burkina Faso formados no Brasil nas áreas de manejo de pastagens para alimentação de gado leiteiro, manejo sanitário de rebanho leiteiro e técnicas de inseminação artificial para pecuária leiteira. Após o período de capacitação dos profissionais, entrarão em vigor a formação de unidades de observação, unidades demonstrativas e unidades de treinamento para desenvolvimento de forrageiras adaptadas, manejo sanitário do rebanho e inseminação artificial. Além disso, o projeto prevê também a aquisição e transferência de material genético do gado leiteiro brasileiro para as unidades produtivas de Burkina Faso, visando o desenvolvimento técnico de seus produtores leiteiros na região. (BRASIL, 2010).

3.1.4 Acordo De Cooperação Brasil-Cabo Verde

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, firmado em 28 de abril de 1977, promulgado em 16 de dezembro de 1980. Os projetos citados foram desenvolvidos em parceria com a Embrapa e o Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIDA) de Cabo Verde.

Em Cabo Verde, o Projeto de **Apoio ao Desenvolvimento da Caprino-Ovinocultura** tem como objetivo consolidar a política de expansão da pecuária de caprinos e ovinos, visando a autossuficiência e a diversificação da produção dos pequenos agricultores rurais da região. O projeto tem como meta a formação de aproximadamente 20 técnicos do INIDA em sistemas de produção animal de caprinos e ovinos para corte e leite. Também estão previstas a transferência de material genético de origem animal de domínio público para Cabo Verde, além da implementação de uma Unidade de Demonstração de Sistema de Reprodução de Caprinos de Leite e uma Unidade de Demonstração de Sistema de Reprodução de Ovinos de Corte. Segundo o projeto, haverá em torno de dez missões para dar cumprimento às atividades de capacitação, de implantação das unidades de demonstração e de avaliação, bem como a transferência de conhecimentos e

técnicas do sistema de reprodução caprina e ovina em funcionamento no Brasil. (BRASIL, 2010).

Outro projeto desenvolvido entre os países é o **Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura**, cuja finalidade principal é dar suporte à consolidação da política de expansão da horticultura em Cabo Verde, aprimorando a diversificação e o desenvolvimento no meio rural de forma sustentável. Para isso, foram previstas a realização de cinco missões brasileiras, com a participação de dez especialistas da Embrapa à Cabo Verde, e de seis missões de Cabo Verde ao Brasil, onde oito técnicos do país receberão formação. Entre os objetivos do projeto estão: a capacitação técnica de cerca de 20 técnicos do INIDA em sistemas de produção de hortaliças e de frutas tropicais; a transferência de germoplasma com material genético melhorado de plantas olerícolas e frutícolas de domínio público; a implantação de uma unidade de demonstração de cultivo de hortaliças e frutas tropicais nas instalações do INIDA, com o propósito de dar continuidade na formação de técnicos do próprio país, promovendo a sustentabilidade e efetividade do projeto. (BRASIL, 2010).

No intuito de consolidar e fortalecer a política de expansão da agropecuária em Cabo Verde foi desenvolvido o projeto de **Apoio ao Fortalecimento Institucional do INIDA**, cujo objetivo está na qualificação e capacitação dos profissionais técnicos do Instituto Nacional de Investigação Agrária, que atua na difusão das inovações científicas e tecnológicas do setor agrícola em Cabo Verde. O trabalho será executado por meio da instrução dos técnicos no planejamento estratégico de investigação agrícola e no conhecimento e visão do plano diretor da instituição, modelos de gestão e fortalecimento da imagem da instituição. A equipe formada pelo projeto terá como responsabilidade criar e executar projetos para o plano diretor da instituição junto ao Plano Nacional de Desenvolvimento em Cabo Verde, promovendo e coordenando programas de desenvolvimento no meio rural. (BRASIL, 2010).

3.1.5 Acordo De Cooperação Brasil-Congo

Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo, assinado em 07 de julho de 1982 e promulgado em 14 de julho de 1986.

No Congo, o governo tem buscado novas formas de investimento para o seu crescimento econômico com o objetivo de reduzir a pobreza e estabilizar a economia. Uma das alternativas foi o empreendimento em um conjunto de medidas com o propósito de aumentar a produção de dendê, extraíndo seu óleo tanto para fins alimentícios quanto energéticos (biodiesel). Com a implantação de um programa de modernização no cultivo de dendê, o setor rural poderá se desenvolver de maneira sustentável, gerando resultados expressivos para a economia do país. Contudo, para que a agricultura de energia no Congo se torne competitiva, é necessária a existência de programas de capacitação técnica para formação de profissionais que atuem em toda a cadeia produtiva. Sendo assim, entra em vigor o projeto de **Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas para o Cultivo da Palma Africana na República do Congo**, conduzido pela Embrapa em conjunto com o Ministério da Agricultura, de Pecuária, das Águas e da Pesca do Congo. Por meio da cooperação técnica, a Embrapa trabalhará na capacitação de técnicos congolezes e na transferência de tecnologia no setor de produção de dendê, por meio da formulação, organização e consolidação de uma política pública voltada para o estabelecimento de uma agricultura de produção de energia no país e a implantação de um programa de técnicas de produção de dendê no Congo, gerando desenvolvimento no setor agrário e formação de emprego e renda na região. (BRASIL, 2010).

Assim como na produção do óleo de dendê, o Congo tem investido também em ações para o incremento na produção de cana de açúcar, visando trazer avanços para a economia do país na forma de crescimento do setor rural, por meio da modernização da produção de cana-de-açúcar e em investimentos no setor energético da indústria do etanol. Para que sua agricultura energética torne-se competitiva, é fundamental a criação de programas de capacitação para formação de profissionais para atuar em toda a cadeia produtiva desse setor. Com isso, o Brasil, por meio do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, liderado pela Embrapa em parceria com o Ministério da Agricultura, de Pecuária, das Águas e da Pesca do Congo, desenvolveu o projeto de **Formação de Recursos Humanos e**

Transferência de Técnicas para Apoio ao Programa Congolês de Modernização do Setor Sucroalcooleiro, onde são implantadas técnicas para tornar mais eficiente o sistema produtivo do setor agropecuário, aumentando a oferta de alimentos sem perder de vista os compromissos com a responsabilidade social e ambiental. O governo brasileiro por meio da cooperação técnica contribuirá na formação e capacitação de recursos humanos congolezes e na transferência de tecnologia na área de produção de cana-de-açúcar, auxiliando o Congo na formação de um Programa Nacional Sucroalcooleiro. (BRASIL, 2010).

3.1.6 Acordo De Cooperação Brasil-Gana

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, assinado em 02 de novembro de 1974 e promulgado em 15 de julho de 1975.

Na tentativa de restaurar grandes extensões de florestas degradadas, o governo de Gana iniciou um programa de recuperação de suas reservas voltado ao problema de déficit de madeira, pois a exploração da madeira também é uma fonte de renda e emprego para as comunidades rurais locais, além de servir como uma atividade de subsistência para a região. Atualmente, muitas das competências de gerenciamento das áreas são limitadas entre os técnicos que atuam em campo, como gerentes e supervisores florestais. Além disso, a tecnologia do Sistema de Informação Geográfica (SIG) não é totalmente aplicada no desenvolvimento de plantações em Gana. Já as técnicas de reprodução de árvores estão limitadas a espécies locais beneficiadas pelos programas de desenvolvimento do país, o que impede uma maior diversificação florestal dessas áreas. Em função disso, o projeto de **Desenvolvimento das Plantações Florestais em Gana**, elaborado em parceria da Embrapa junto com o Ministério de Florestas e Minas Conselho para Pesquisa Científica e Industrial (CSIR) de Gana, tem por objetivo treinar técnicos em planejamento de políticas florestais, silvicultores, pesquisadores e técnicos de Gana em planejamento e desenvolvimento de ciclos de plantações florestais e em aplicações do SIG e de técnicas de silvicultura. (BRASIL, 2010).

Em Gana, tem-se reconhecido a necessidade de investimento no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, incluindo os biocombustíveis. Em agosto de 2005, o país inaugurou, o Comitê para Implementação dos Biocombustíveis, com o objetivo de se aplicar políticas, regimes regulatórios e de incentivo para a produção e uso dos biocombustíveis no país. Com isso, Gana tem procurado criar um ambiente propício que garanta uma maior participação de investimentos do setor privado, na tentativa de se reduzir o consumo de combustíveis fósseis e na busca do desenvolvimento de novas alternativas energéticas viáveis no menor tempo possível. Sendo assim, o Governo Brasileiro contribuirá por meio da cooperação técnica na formação do projeto de **Desenvolvimento das Bases para a Criação da Agricultura de Energia em Gana** através da Embrapa e do Conselho para Pesquisa Científica e Industrial (CSIR) de Gana. De acordo com o projeto, serão formados e capacitados profissionais ganeses, com a transmissão de conhecimentos nas áreas de regulação e tecnologia de biocombustíveis e sistemas de produção de cultivos. (BRASIL, 2010).

Outro projeto desenvolvido pela Embrapa e o CSIR é a formação de **Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana**. A mandioca é um ingrediente que possui grande reserva de amido em seu interior e com significativa importância econômica para várias regiões da África. Em Gana, a mandioca é o principal alimento que fornece amido para sua população, ocupando 750,000 hectares de terra. Com o uso da biotecnologia na pesquisa e no aprimoramento genético, pode-se aumentar drasticamente o melhoramento e o rendimento da produção de mandioca. Com isso, o projeto tem por objetivo realizar a formação profissional de 40 pesquisadores e técnicos ganeses em procedimentos laboratoriais de biotecnologia e manejo de recursos genéticos, além do preparo de manuais de procedimentos laboratoriais em testes de biotecnologia. (BRASIL, 2010).

3.1.7 Acordo De Cooperação Brasil-Mali

Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali, assinado em 07 de outubro de 1981.

No final de 2009 foi debatida, entre os governos do Brasil e do Mali, a possibilidade de cooperação para o aumento da produção e do cultivo de arroz no país. O projeto de **Fortalecimento da Rizicultura no Mali** tem como meta cumprir esse acordo. Para isso, ele será desenvolvido em conjunto com o Senegal, onde o Brasil criará uma unidade experimental para a capacitação de recursos humanos e transmissão de técnicas metodologias e fornecimento de espécies de arroz melhoradas. O modelo inicial do projeto será desenvolvido em Saint-Louis, no norte do Senegal, onde serão formados e treinados os técnicos de Mali, de modo a se especializarem nas novas tecnologias de cultivo do arroz, transferindo o seu conhecimento adquirido para o seu país de origem. De acordo com o projeto, a Embrapa disponibilizará técnicos do seu próprio quadro de especialistas e designará um consultor permanente para a monitoração do local de treinamento. Serão inseridas máquinas que auxiliarão na colheita e na pós-colheita das lavouras, automatizando o processo produtivo do arroz e aumentando a rentabilidade dos produtores rurais. Em seguida, serão implantados programas de produção autônoma de sementes já devidamente preparadas para o plantio. (BRASIL, 2010).

3.1.8 Acordo De Cooperação Brasil-Moçambique

Acordo Geral de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, firmado em 15 de setembro de 1981 e promulgado em 09 de julho de 1984.

O setor agropecuário de Moçambique possui grande importância econômica e social para o país. De acordo com os dados da ABC, a participação agrícola sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de 2007 foi em torno de 24%, com uma cadeia produtiva baseada na agricultura familiar, que ocupa mais de 90% dos quase 6,0 milhões de hectares cultivados no país. A falta da incorporação de técnicas agrícolas e mecanização de alguns setores por parte de seus produtores tornam os rendimentos agrícolas muito baixos. Na necessidade de um crescimento sustentável

da produção agrícola e na possibilidade de tornar-se autossuficiente na produção de alimentos básicos capaz de obter excedentes agrícolas exportáveis, torna-se essencial o desenvolvimento de um modelo de gestão agrária em Moçambique. É neste cenário que a Embrapa em conjunto com a United States Agency for International Development (USAID) dos Estados Unidos e o Instituto de Investigação Agropecuária de Moçambique (IIAM) formularam o **Programa de Apoio à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique**, cujo objetivo é o auxílio através do suporte técnico, capaz de prover a melhoria da produção e da produtividade do setor agrícola em Moçambique, visando o fortalecimento de suas instalações de pesquisa agrícola. (BRASIL, 2010).

Outro projeto em conjunto entre a Embrapa a USAID e o Governo de Moçambique é o **Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique**. A iniciativa tem como base o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Uma de suas vertentes é a operação na área de segurança alimentar e nutricional nas escolas, buscando desenvolver ações de combate à subnutrição infantil e a falta de abastecimento alimentar em áreas severamente afetadas pelo clima. O programa dará suporte técnico ao Governo de Moçambique na implantação do projeto experimental *Alive Schools*, que irá atuar no apoio às escolas afetadas por desastres naturais, as quais estarão encarregadas no processo de segurança nutricional e fornecimento de alimentos aos estudantes locais, através de programas pedagógicos ligados aos bons hábitos alimentares e no de cultivo de vegetais nos jardins das escolas. Outra ação do Programa de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique consiste no fortalecimento dos setores ligados à produção e ao consumo de vegetais, pois são áreas onde o processamento agrícola possui uma grande importância estratégica para promoção de segurança alimentar e nutricional. O projeto atuará na transmissão de conhecimento e técnicas para produtores rurais, dando suporte nos principais segmentos da cadeia produtiva agrícola, desde o seu cultivo, passando por seu processamento até a distribuição. O objetivo é tornar Moçambique autossuficiente na produção de alimentos básicos, aumentando sua produção e gerando excedentes agrícolas para o abastecimento urbano no país. (BRASIL, 2010).

3.1.9 Programa de Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (PROSAVANA)

O Projeto é uma iniciativa do Brasil, por meio da Embrapa e da ABC, juntamente com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e do governo de Moçambique na tentativa de contribuir para o desenvolvimento agrícola das savanas tropicais do país. Por ser um programa de desenvolvimento regional, seus efeitos se darão num período de longo prazo, pois envolvem a formação de uma capacidade de pesquisa em planejamento e extensão rural e a realização de investimentos em energia, armazéns e transportes. Segundo estimativas da Embrapa, o programa dará apoio direto a 400 mil pequenos e médios agricultores, beneficiando indiretamente cerca de 3,6 milhões de produtores, promovendo o crescimento da produção agrícola de modo a alcançar seu potencial de produção de alimentos. (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2014).

O projeto planeja a realização e mobilização de um grande número de técnicos brasileiros de diversas especialidades, para auxiliar no domínio das técnicas de pesquisa agrícola, transferindo de tecnologias e conhecimentos aos produtores rurais locais, através da estruturação de dois módulos de treinamento para a capacitação dos técnicos de Moçambique em extensão rural e de produção. (BRASIL, 2010).

O Corredor de Nacala, região situada ao norte de Moçambique, possui grandes extensões de terras, com 14,2 milhões de hectares agricultáveis. Devido as suas condições climáticas apropriadas, a topografia adequada para mecanização da colheita e a disponibilidade de solos férteis ricos em minerais (calcário e fosfato), tornam essa região apta para o desenvolvimento do agronegócio e com grande potencial para tornar-se um polo no mercado doméstico e regional de alimentos. (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2014).

Nesse sentido, tendo como prioridade a transferência intelectual de pesquisas e técnicas para o desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala, serão construídos centros integrados de investigação agrária, os quais estarão equipados com laboratórios multifuncionais e unidades de aprimoramento de sementes, além do fornecimento de modernas ferramentas e tecnologias de geoprocessamento e

zoneamento agroclimático e o fortalecimento das instituições agrícolas de Moçambique na região. (BRASIL, 2010).

3.1.10 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali).

O projeto de **Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4**, também chamado Cotton-4 (C-4), firmado por meio de um acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Africana para a implantação de um projeto de apoio à cotonicultura nos países do C-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali). Seu objetivo principal é o de estabelecer uma parceria voltada para a formação de uma cooperação técnica capaz de promover o aumento da produtividade do setor algodoeiro de maneira sustentável, aumentando a renda de produtores rurais e criando ambientes favoráveis para a expansão da oferta de emprego e segurança alimentar nos países envolvidos. Para isso, os objetivos estão baseados no auxílio e preparo dos institutos agrícolas de cada um dos países, buscando desenvolver pesquisas adaptativas que auxiliem no controle e manejo de pragas, melhoramento genético e cuidados nas práticas de nutrição de plantas e solo, bem como reforçar a capacitação dos técnicos e pesquisadores em novas tecnologias de produção de algodão, através da transferência de conhecimentos desenvolvidos pela Embrapa e de outras instituições de pesquisa. (BRASIL, 2010).

Em 2003, a questão da segurança alimentar foi abordada pelos países do Cotton-4 quando apresentaram seu pleito junto a Organização Mundial do Comércio (OMC), devido aos subsídios do algodão. Isso demonstra a importância econômica e estratégica desse setor para esses países, pois está diretamente associada a sua cultura alimentar, através da perspectiva da geração de renda que permite a compra de alimentos. Para o Brasil, o apoio fornecido no desenvolvimento e competitividade do setor algodoeiro dos países do C-4 serve também como uma forma de enfrentamento aos preços no mercado internacional, gerado pelos subsídios financiados pelos países desenvolvidos a seus produtores. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2014).

Além disso, tendo em vista que a cooperação prestada pelo Brasil na prestação de novas capacidades técnicas no cenário africano tenha como base um desenvolvimento econômico desses países, vale destacar também que as implantações de sistemas agrícolas sustentáveis devem ser elaboradas com base em variáveis econômicas, ambientais e de segurança alimentar. Caso o foco se limite apenas aos aspectos técnicos e burocráticos da cultura do algodão, a proposta não terá o efeito desejável nas vidas dos cidadãos dos quatro países. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2014).

Buscando facilitar a exposição dos programas e acordos citados anteriormente, a seguir será apresentada uma tabela relacionando os projetos com seus respectivos países, juntamente com o seu ano de implementação e suas características.

Tabela 1 – Tabela de Projetos de Cooperação Brasil-África

| País | Projeto | Ano de Implementação do Projeto | Características do Projeto |
|--------------|---|--|--|
| Angola | Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola | 23 de Junho de 2010 | Reestruturação e recuperação de infraestruturas de apoio à pesquisa agropecuária. |
| Angola | Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos | 23 de Junho de 2010 | Prover aos técnicos do setor uma maior competência e habilidade na organização e gestão de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do espaço rural. |
| Angola | Programa de Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola | 23 de Junho de 2010 | Atender as necessidades de fortalecimento do corpo técnico de agricultores em ações de profissionalização rural. |
| Angola | Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária | 23 de Junho de 2010 | Auxiliar em ações de políticas de produção agrícola em Angola como instrumento de promoção e formação no desenvolvimento econômico-social. |
| Botsuana | Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte | 24 de Março de 2010 | Consolidar a política de expansão da pecuária de corte em Botsuana, buscando o desenvolvimento rural e o aumento na geração de emprego e renda locais. |
| Burkina Faso | Fortalecimento da Pecuária Leiteira em Burkina Faso | 2 de Junho de 2010 | Apoio na consolidação e no fortalecimento da política de expansão da pecuária leiteira, visando o desenvolvimento do setor agrícola, segurança alimentar e à geração de emprego e renda. |

| | | | |
|------------|--|------------------------|--|
| Cabo Verde | Apoio ao Desenvolvimento da Caprino-Ovinocultura | 13 de Novembro de 2007 | Consolidar a política de expansão da pecuária de caprinos e ovinos, visando a autossuficiência e a diversificação da produção dos pequenos agricultores rurais da região. |
| Cabo Verde | Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura | 13 de Setembro de 2007 | Dar suporte à consolidação da política de expansão da horticultura em Cabo Verde, aprimorando a diversificação e o desenvolvimento no meio rural de forma sustentável. |
| Cabo Verde | Apoio ao Fortalecimento Institucional do INIDA | 13 de Setembro de 2007 | Qualificação e capacitação dos profissionais técnicos do Instituto Nacional de Investigação Agrária. |
| Congo | Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas para o Cultivo da Palma Africana na República do Congo | 16 de Outubro de 2007 | Capacitação de técnicos congolezes e na transferência de tecnologia no setor de produção de dendê. |
| Congo | Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas para Apoio ao Programa Congolês de Modernização do Setor Sucoalcooleiro | 16 de Outubro de 2007 | Capacitação de recursos humanos congolezes e na transferência de tecnologia na área de produção de cana-de-açúcar, auxiliando o Congo na formação de um Programa Nacional Sucoalcooleiro. |
| Gana | Desenvolvimento das Plantações Florestais em Gana | 19 de Abril de 2008 | Capacitar pesquisadores, técnicos e especialistas florestais ganenses em planeamento do ciclo de plantações florestais, melhoramento genético, técnicas de Sistema de Informação Geográfica aplicado ao desenvolvimento de plantações florestais e técnicas de silvicultura. |
| Gana | Desenvolvimento das Bases para a Criação da Agricultura de Energia em Gana | 19 de Abril de 2008 | Capacitar profissionais ganeses, com a transmissão de conhecimentos nas áreas de regulação e tecnologia de biocombustíveis e sistemas de produção de cultivos. |
| Gana | Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana | 19 de Abril de 2008 | Realizar a formação profissional de técnicos ganeses em procedimentos laboratoriais de biotecnologia e manejo de recursos genéticos, elaboração de manuais de procedimentos laboratoriais em testes de biotecnologia. |
| Mali | Fortalecimento da Rizicultura no Mali | 22 de Outubro de 2009 | Capacitação de recursos humanos e transmissão de técnicas metodologias e fornecimento de espécies de arroz melhoradas. |
| Moçambique | Programa de Apoio à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique | 12 de Maio de 2010 | Auxílio através do suporte técnico, capaz de prover a melhoria da produção e da produtividade do setor agrícola em Moçambique. |

| | | | |
|-----------------------------------|---|------------------------|--|
| Moçambique | Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique | 23 de Janeiro de 2012 | Combate à subnutrição infantil e a falta de abastecimento alimentar em áreas severamente afetadas pelo clima. |
| Moçambique | Programa de Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (PROSAVANA) | 10 de Novembro de 2010 | Contribuir para o desenvolvimento agrícola das savanas tropicais de Moçambique. |
| Benim, Burkina Faso, Chade e Mali | Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4 (Cotton-4) | 1 de Março de 2009 | Promover o aumento da produtividade do setor algodoeiro de maneira sustentável, aumentando a renda de produtores rurais e criando ambientes favoráveis para a expansão da oferta de emprego e segurança alimentar nos países envolvidos. |

Fonte: Elaboração do Autor, 2014.

Como se pode observar, a grande maioria destes projetos possui caráter estruturante, com objetivos voltados principalmente para capacitação de técnicos e profissionais. Isso possibilita aos países africanos aperfeiçoarem a qualidade profissional de seus técnicos e de suas instituições de forma autônoma no futuro. No capítulo seguinte, serão abordadas estas relações e os benefícios alcançados nesta parceria entre o Brasil e a África e seus desafios para o futuro.

4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL E DA ÁFRICA NO SÉCULO XXI: Benefícios e Desafios a partir da Cooperação Técnica

Neste capítulo, será destacada a importância da África para as relações exteriores com o Brasil, nos âmbitos político, econômico e social nos últimos anos. Para isso, será observada a importância estratégica que o setor agrícola possui para os países africanos e como uma parceria com o Brasil nesse setor pode trazer benefícios para ambas às partes, além dos desafios que a cooperação técnica oferece e quais as recomendações e tendências para o futuro.

O Continente Africano possui relevância estratégica para o Brasil. Essa consciência voltou a tomar forma no início dos anos 2000 durante o Governo Lula (2003-2010). Priorizaram-se as relações que valorizaram o diálogo Sul-Sul, conduzidas tanto de forma bilateral quanto multilateral, tornando-se o centro de sua política externa. Com isso, o país passou a retomar a questão da política africana de forma prioritária para as relações exteriores, além de expandi-las para os demais países em desenvolvimento, com o objetivo de promover o aumento de sua esfera de influência nos temas globais, diversificando suas relações externas e buscando novos resultados políticos e econômicos no cenário internacional. (LIMA; MELO, 2010).

Portanto, ao focar suas políticas externas para o eixo Sul-Sul, o Brasil estaria reestruturando suas parcerias e estratégias de atuação, mantendo uma postura multilateralista e defendendo a soberania nacional com maior ênfase do que a gestão anterior. Com isso, o Governo passa a adotar um novo modelo, caracterizado por Vigevani e Cepaluni (2007), de busca por uma *autonomia pela diversificação*, que pode ser definida como:

Adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283).

Nos últimos anos, o continente africano apresentou uma expansão em seu comércio internacional e nos investimentos externos diretos. Houve avanços graduais no processo de democratização de seus regimes políticos, com redução dos conflitos armados e guerras civis. Período também em que o crescimento das

economias africanas associadas ao bom desempenho macroeconômico tem trabalhado no desenvolvimento de políticas de responsabilidade fiscal e preocupação social. Sendo assim, existem boas razões para otimismo em todas as regiões da África, pois o seu crescimento econômico vem animando a confiança dos mercados. Em média, os investimentos internos na África Subsaariana equivalem a 19,4% do PIB, percentual próximo ao do Brasil, embora seja considerado baixo para manter a sustentabilidade do crescimento, segue uma tendência de alta. Suas reformas econômicas e sua redução das vulnerabilidades externas geradas pelo aumento dos índices exportadores são indicadores de uma sustentabilidade econômica. (SARAIVA, J., 2008).

Inserido neste processo, o Brasil entende que o continente africano não pode ser mais ignorado nas relações internacionais. O Governo cria uma agenda de aproximação com a África, as quais constam de missões de encargos econômicos acompanhadas por empresários brasileiros, abertura de consulados e embaixadas, renegociações e perdões de dívidas externas, além de um acréscimo no número de tratados e acordos internacionais entre as partes, elevando a presença brasileira no continente. Isso refletiu no comércio exterior brasileiro com a África, apresentando uma alta taxa de crescimento durante o período de 2002 até 2009, embora esse número tenha decaído nos últimos anos devido ao reflexo da crise financeira mundial de 2008. Destacam-se entre os bens importados pelo Brasil o petróleo, minérios, e produtos de origem animal e vegetal. Já área nas exportações incluem-se bens manufaturados, carnes, o açúcar e seus derivados. (LIMA; MELO, 2010).

Contudo, a relação comercial entre as duas economias é deficitária para o Brasil. Essa é a principal crítica feita pela mídia nacional, por diplomatas e alas de oposição do governo, os quais alegam que tais políticas de aprofundamento com esses países possuem caráter essencialmente ideológico, gerando mais um peso para a balança de pagamentos do governo e sem ganhos econômicos concretos para o país. Por outro lado, para compensar o peso provocado pelo déficit na balança comercial entre o Brasil e a África, o governo buscou adotar medidas através da presença de grandes empresas nacionais e modelos de integração produtiva, a qual se daria por meio da participação de micro e pequenas empresas no comércio de bens e serviços e pela junção das cadeias produtivas brasileiras e africanas. (LIMA; MELO, 2010).

Isto confirma a ideia de que o Brasil tem procurado avançar, mesmo nestes complexos cenários político-diplomáticos e econômico-comerciais, como um ator regional e uma potência emergente. Para isso, mantém uma estratégia de construção de alianças através do diálogo com o eixo Sul como instrumento para ampliar sua influência e obter mais voz junto a esses países nas negociações e temas globais. Com relação às políticas do Brasil na África, Lechini (2008, p. 71) argumenta que:

Se persistirem na África certas situações positivas, como a diminuição dos conflitos, consolidando-se uma democracia 'à africana' que permita certa estabilidade, e se for mantida a tendência dos altos preços dos produtos básicos com os quais o continente conta, é possível acreditar na continuação e no aprofundamento da política africana do Brasil. [...] Já um cenário africano mais pessimista, com a África novamente imersa em uma disputa por seus recursos naturais – cada vez mais valiosos –, poderia aprofundar as crises políticas e econômicas e levar a uma retração da política africana do Brasil, para além de seu discurso cultural e de suas raízes afro-americanas.

Para o Brasil, caso a estratégia de autonomia pela diversificação for empregada de maneira bem-sucedida ao longo do período que se segue, talvez ela possa render resultados, firmando suas aspirações históricas de desenvolvimento e de um poder internacional menos assimétrico, dando maior autonomia para os países subdesenvolvidos. Apesar desta estratégia adotada pela política brasileira não ser consenso entre os formuladores da política externa, ela continua sendo uma tendência seguida por importantes líderes políticos, funcionários, intelectuais e dirigentes de grupos sociais brasileiros, os quais se baseiam em fortes convicções políticas e de uma visão de mundo contrárias à hegemonia e ao unilateralismo. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

4.1 AS PARCERIAS DO BRASIL E DA ÁFRICA NO SETOR AGRÍCOLA

O Brasil tem apresentado um histórico de sucesso em suas cadeias produtivas agroindustriais com destaque tanto no cenário doméstico como no internacional, apresentando crescimentos constantes com saldos positivos na balança comercial. Mesmo com os seus problemas, a agroindústria brasileira tem procurado se esforçar para diminuir seus impactos ambientais e aumentar os benefícios sociais, como o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

em regiões produtoras, como vem ocorrendo em Mato Grosso, gerando emprego e renda no setor rural, além de políticas de distribuição de renda realizadas pelo governo através dos excedentes gerados pelo setor. (ANTONIAZZI, 2012).

Os avanços do agronegócio tornaram o Brasil uma potência agrícola e um grande exportador de diversas matérias-primas e biocombustíveis, além de ter desempenhado significativos progressos na formulação de políticas de segurança alimentar. Isso fez com que a agricultura fosse identificada como uma área prioritária de cooperação entre os governos africano e brasileiro. No caso da África, vários países são importadores de alimentos e energia. Ao mesmo tempo, a agricultura continua sendo a principal fonte de exportação e geradora de empregos e renda. Mesmo assim, mais da metade de sua população depende da agricultura, o setor é caracterizado pela sua baixa produtividade e ineficiência, com infraestrutura comprometida e falta de mão de obra qualificada, além das intempéries climáticas provocadas pela seca, afetando o abastecimento de água e conseqüentemente a fertilidade do solo e o desempenho na agricultura. (MILHORANCE, 2013).

As semelhanças em termos de clima, vegetação, economia e cultura entre o Brasil e a África também contribuíram para essa parceria. Juntos, os países têm procurado por meio de projetos de cooperação promovidos por governos, agências intergovernamentais e programas de iniciativa privada, analisar e solucionar os problemas que afligem o continente africano. Com relação ao caso do desenvolvimento da agricultura brasileira, viu-se que não seria possível utilizar as mesmas diretrizes e técnicas de plantio de outros países, mas sim uma combinação desses modelos com as utilizadas pelo país, pois muitas delas não eram adequadas às condições de solo e clima daqui. O mesmo vale para a África, por isso a necessidade de capacitação e desenvolvimento de suas unidades agrícolas e institutos de pesquisa agrários, pois é necessário que o continente desenvolva suas próprias técnicas de cultivo, adaptando-as de acordo com as suas realidades sociais, econômicas e ambientais. (ANTONIAZZI, 2012).

A Embrapa tem desempenhado um importante papel na agenda de cooperação internacional brasileira, com grande parte dos projetos da ABC mantidos sob sua participação. Diante desta responsabilidade, a empresa planeja fornecer aos países africanos tecnologias nacionais, criando parcerias com organizações internacionais, atendendo às demandas dos setores privados e às exigências do

Ministério das Relações Exteriores (MRE). A empresa tem procurado atuar como um facilitador entre os interesses dos empresários africanos em obter tecnologias brasileiras e as iniciativas dos empresários brasileiros em fazer negócios na África, firmando acordos entre as duas partes. Contudo, ainda existe a preocupação na implantação de programas economicamente estruturantes, capazes de viabilizar sua execução. Para isso, se faz necessário envolver o setor privado africano e criar oportunidades de negócios que possibilite um amplo impacto socioeconômico sobre o público alvo. Já a participação do setor privado brasileiro é promovida não somente pelos créditos às exportações ou pelas parcerias no continente africano através da Embrapa, mas também pelos esforços do MRE. Logo, mesmo que a cooperação brasileira tenha cunho basicamente governamental, os seus atores privados ainda têm uma importante participação. (MILHORANCE, 2013).

Ainda assim, devido à importância deste setor na área de cooperação técnica, a previsão é de que essa atividade se expanda, abrangendo mais países no futuro, em virtude de iniciativas como o “Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”. Resulta desta ação, uma maior participação de entidades como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em missões de cooperação técnica do governo e a introdução de programas voltados à agricultura familiar na matriz de projetos, setores até então dominados por iniciativas da Embrapa na transferência de conhecimentos e tecnologias, associados nos modelos de desenvolvimento agrícola. (CABRAL, 2011).

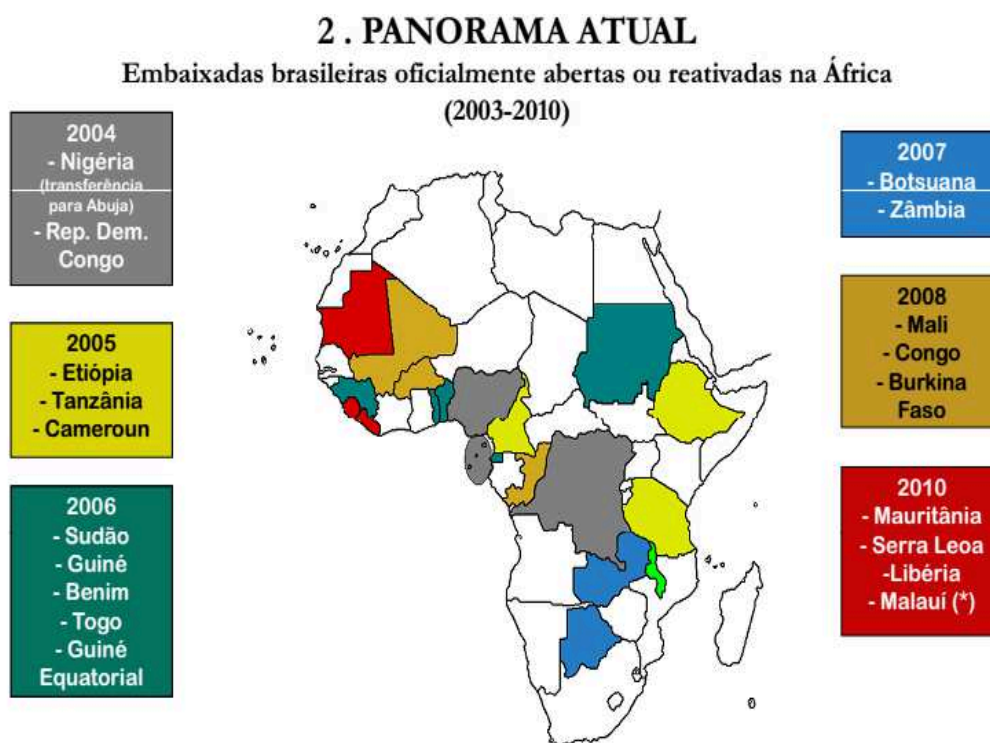
4.2 OS BENEFÍCIOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ÁFRICA

Buscando atender e reforçar de forma mais objetiva o problema de pesquisa, o presente tópico irá apresentar os benefícios que a cooperação técnica trouxe para as relações entre o Brasil e a África, além de expor as características que foram desenvolvidas através desta parceria e sua relevância econômica, política e estratégica.

Como mencionado anteriormente, devido ao novo destaque com que a África adquiriu nos últimos anos na política externa brasileira, as relações diplomáticas se intensificaram fortemente. Desde 2003, ampliaram-se as relações

diplomáticas Brasil-África, as redes de embaixadas expandiram-se significativamente, mais do que duplicando durante o período. Foram abertas em torno 19 novas embaixadas, elevando o número para um total de 35 embaixadas e 2 consulados no continente (Figura 1). O número de embaixadas africanas também cresceu, passando de 16 para 33 em Brasília. Com relação às visitas de chefes de estado feitas pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-Chanceler Celso Amorim, mostram também a importância que a África assumiu durante sua administração, foram realizadas um total de 28 visitas presidenciais a 23 países durante os seus dois mandatos, com 67 visitas a 31 países feitas pelo ex-Chanceler. Já no Brasil, foram recebidas 48 visitas de Chefes de Estado e de membros do governo de 28 países africanos no mesmo período. Isso destaca a importância que se deu ao continente na política externa brasileira na administração anterior, com uma tendência que se segue até o atual governo. (CABRAL, 2011).

Figura 1



Fonte: MRE (2011, p. 4).

É nesse sentido que as relações de cooperação Sul-Sul e em especial com a África vêm ganhando mais proeminência nas ações externas brasileiras, baseadas principalmente no aprofundamento da integração regional e pelas negociações internacionais de caráter multilateral apoiada na formação de coalizões

com países em desenvolvimento. Através desse objetivo, o Brasil tem aumentado o número de negociações comerciais obtendo grandes valores no comércio exterior, e em alguns anos com saldo positivo na balança comercial nas exportações. Além disso, houve um acréscimo no número de empresas brasileiras em solo africano, intercâmbios universitários e capacitações profissionais dos trabalhadores africanos. (LIMA; MELO, 2010).

A África é um continente que está no centro de uma forte disputa de interesses e de interessados de todas as partes do mundo. Seus investimentos externos diretos têm crescido de modo constante, provenientes de grandes empresas financeiras e produtivas, além de grandes potências, de instituições multilaterais e influentes grupos econômicos globais com interesses estratégicos e militares no continente. No entanto, os africanos estão reivindicando e construindo uma nova autonomia decisória. Tem-se buscado soluções de cunhos nacionais para os desafios que muitos países do continente têm na área social e da cidadania. O fortalecimento dos Estados Nacionais e seus esforços para o crescimento econômico para o desenvolvimento sustentável, além do seu engajamento nos programas voltados para as Metas do Milênio, são vistas com bons olhos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, o Brasil tem procurado ocupar um lugar na África, na tentativa de aproveitar a nova dinâmica africana e da autoconfiança que tem emergido de lá para propor um diálogo de interesses mútuos e valores abrangentes. (SARAIVA, J., 2008).

Para isso, projetos como Cotton-4 e o PROSAVANA são exemplos de uma mudança de abordagem da cooperação técnica, que gradualmente tendem a substituir iniciativas que atuam em um único ambiente específico num de curto período de tempo, por programas de mais longa duração, são os chamados projetos estruturantes, que envolvem um maior número de recursos, visando um impacto mais abrangente ao nível institucional e socioeconômico (CABRAL, 2011).

Com isso, o Brasil está mudando a cooperação internacional e inovando na forma de praticá-la. Enquanto as nações mais desenvolvidas oferecem programas que são pacotes prontos e sem qualquer conteúdo estrutural, dirigidos especialmente para países de interesse geopolíticos, o Brasil busca sua cooperação de forma mais estruturante e efetiva, através da formulação de projetos com intensa participação dos países beneficiados, estabelecendo uma relação mais forte para

ambos os lados. Isso torna esse tipo de cooperação numa via de mão dupla, pois há também um aprendizado e um fortalecimento do Brasil no seu poder de barganha junto aos fóruns internacionais, que através do estreitamento de suas relações com outros países com os quais mantem projetos, o país ganha mais voz e influencia, amadurecendo o seu debate sobre os temas de interesse comum. (MATEOS, 2011).

A partir destas observações e analisando os projetos já citados no capítulo 3, tem-se constatado que graças aos modelos de transferência de tecnologia, aplicados na capacitação e formação de técnicos nos países africanos auxiliados pelos programas brasileiros, há um compartilhamento de conhecimento e experiências. Isso garante a efetividade dos projetos que tem como foco a reestruturação de setores socioeconômicos, pois faz destes profissionais treinados especialistas em suas áreas de atuação e mais aptos a trabalharem no aperfeiçoamento de suas próprias técnicas e tecnologias, tendo como consequência o fortalecimento de suas instituições governamentais.

4.3 DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO TÉCNICA

Entre os principais desafios apontados pelas agências envolvidas na atuação do Brasil como agente de cooperação internacional para o desenvolvimento, estão os problemas de ordem legal-institucional e financeira, política e dos recursos humanos. Com relação aos termos legais, devido à ausência de uma legislação abrangente e eficiente envolvendo, no caso, os países em desenvolvimento, existem muitas dificuldades em funções básicas, como por exemplo, a realização de pequenas aquisições e licitações, contratações no exterior ou envio de dinheiro para fora do país, que são frequentemente feitas por meio de outras instituições. Devido ao orçamento da ABC estar vinculado ao do MRE, também pode haver restrições para o cumprimento de programas de cooperação, por causa das limitações de aporte financeiro da agência, tornando a cooperação técnica um instrumento de política externa do governo. Outra consequência desta vinculação institucional se reflete na alta rotatividade de seus técnicos e analistas, gerada pela impossibilidade de se construir uma carreira autônoma, além da carência de incentivos à especialização e aperfeiçoamento profissional,

comprometendo a qualidade de seus funcionários. Já com relação à articulação intragovernamental, a descentralização de diferentes setores e esferas administrativas, entre elas ministérios e agências tanto nos níveis federal, estatal e municipal, tem limitado o potencial da cooperação brasileira pela ausência de uma coordenação mais eficaz. (RENZIO et al., 2013).

Em função do avanço das práticas de cooperação técnica e sua importância internacional nos últimos anos, houve um aumento da pressão por parte de setores ligados a sociedade civil por uma maior transparência com relação à definição de seus parceiros, dos recursos gastos e dos resultados obtidos. Sendo assim, é necessário que haja um esclarecimento político e público sobre os conceitos e objetivos da cooperação brasileira e sobre os critérios de inclusão e exclusão de atividades de projetos. Conferindo uma maior transparência sobre as ações e opções do governo brasileiro no que se refere às parcerias e práticas de cooperação para o desenvolvimento. (CABRAL, 2011).

Entre as recomendações de políticas de cooperação sul-sul desenvolvidas pelos agentes governamentais e não governamentais, Renzio (et al., 2013) destaca que são necessárias as intervenções em três áreas prioritárias. A primeira é a introdução e aprovação de um marco regulatório com leis que abranjam as ações relacionadas à cooperação recebida e prestada, dando à ABC e demais atores as ferramentas necessárias para desempenharem suas devidas funções de forma eficiente, eficaz e de modo muito mais flexível. A segunda destaca a urgência de se formular um documento de missão e visão estratégica sobre a cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento internacional, definindo de forma mais clara, através de relatórios atualizados, os seus objetivos, estratégias e prioridades diante de um contexto internacional em constante transformação. A terceira e última, trata da importância de se estabelecer um diálogo com a sociedade civil nacional e internacional de forma mais transparente com relação aos gastos e os parceiros envolvidos na cooperação técnica internacional prestada pelo Brasil. Além da divulgação de avaliações sobre as vantagens e desafios que a cooperação sul-sul brasileira apresenta. (RENZIO et al., 2013).

No geral, mesmo com desafios a percorrer, a África tem se mostrado um parceiro importante para os interesses brasileiros. Principalmente no que se refere às aspirações de uma maior integração política e econômica. Isso se deve ao

modelo de cooperação técnica exercida pelo Brasil, baseada na transferência de conhecimentos e técnicas que obtiveram sucesso no país, e que hoje estão sendo repassadas para os países africanos. Esta forma de parceria acaba contribuindo para uma relação muito mais equilibrada e próxima entre os países, tornando o diálogo mais fácil na busca de consensos ligados a diversas áreas de interesse, o que aumenta o seu grau de relevância entre os debates nos fóruns internacionais. (MATEOS, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste presente trabalho, buscou-se analisar e estudar os benefícios que a atual Cooperação Técnica Brasil-África através da Embrapa trouxe para as relações entre o país e o continente africano. Para isso, foi necessário primeiramente entender alguns dos elementos e motivações da política externa brasileira dos últimos anos, principalmente ao novo rumo tomado em direção às políticas de Cooperação Sul-Sul, que obteve um maior destaque, refletindo numa reaproximação do Brasil com a África através da Cooperação Técnica.

Sendo assim, o trabalho foi estruturado em três seções que destacam: os principais fatores de motivação de uma cooperação horizontal; os projetos de cooperação técnica desenvolvidos em conjunto com a Embrapa; e os benefícios e desafios deste tipo de cooperação para o futuro.

Na primeira seção, pode-se observar que muitos dos acordos de cooperação são formados devido a fatores políticos, estratégicos e comerciais. Mas, com a evolução do cenário internacional e sua complexidade, começaram a haver mudanças que moveram parte destes interesses para uma cooperação que buscasse o desenvolvimento de países subdesenvolvidos. Surge então a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, entre suas modalidades mais comuns destacam-se as cooperações: Técnica, Financeira e Humanitária.

O foco do trabalho recaiu, então, sobre a Cooperação Técnica praticada pelo Brasil, que tem por objetivo fornecer aos países beneficiados o compartilhamento de tecnologias e conhecimento, através da capacitação de profissionais e técnicos no exterior, buscando promover um desenvolvimento autônomo destes países e de suas instituições.

Com isso, o Brasil passa a operar com mais destaque para as regiões em desenvolvimento concentradas no eixo sul do globo. A Cooperação Sul-Sul, que hoje compõe a nova agenda de política exterior brasileira, tem aprofundado suas relações com os países que apresentam as características e posicionamentos semelhantes com as do perfil brasileiro, no que diz respeito ao reordenamento do sistema internacional. A partir destes elementos, o Brasil passa a intensificar ainda

mais suas relações com a África através da Cooperação Técnica, atuando através do Ministério das Relações Exteriores e de agências como a ABC.

Na segunda seção, foram analisados alguns dos acordos internacionais estabelecidos entre o Brasil e a África. Com destaque para os projetos de cooperação técnica, desenvolvidos através da Embrapa. Com isso, observou-se que foi priorizada a criação de projetos de caráter estruturante ao invés de projetos prontos e pontuais. Estes projetos tendem a ser mais benéficos aos países receptores, pois há uma intensa participação entre os países parceiros e a sociedade civil, aumentando o impacto socioeconômico das populações da região, e garantindo um desenvolvimento sustentável. Logo, são projetos que atuam diretamente na capacitação profissional de técnicos locais através da transferência de conhecimentos e tecnologias, sem caráter comercial, contribuindo também para o adensamento e fortalecimento das relações políticas e econômicas com os seus parceiros.

Na terceira seção, buscou-se fazer um apanhado geral dos elementos e motivações da nova política externa brasileira na tentativa de responder a pergunta de pesquisa, buscando identificar alguns dos benefícios e desafios que a Cooperação Técnica Brasil-África através da Embrapa trouxe para ambos os lados.

A partir disso, observou-se que desde o início do século XXI, durante a administração Lula (2003-2010), as relações com o continente africano se intensificaram e adquiriram novos rumos. Houve um aumento no número de embaixadas e viagens entre os chefes de estado e seus ministros, juntamente com a chegada de empresários brasileiros e africanos, expandindo os seus negócios externos. Isso trouxe como consequência uma ampliação do número de acordos de cooperação internacional entre os países, assim como projetos de cooperação técnica.

A Cooperação Técnica na África é vista com grande relevância pela política externa brasileira, pois além de incrementar o comércio internacional com os países da região, também projeta a imagem do Brasil como um bom parceiro para futuras relações bilaterais e multilaterais, ampliando sua influência e capacidade de negociação frente aos debates e fóruns internacionais.

Para a África, a cooperação técnica com o Brasil também possui grande relevância política e estratégica para a região. Uma das áreas de maior destaque nessa cooperação é a agricultura, que está intimamente ligada à segurança alimentar e a carência de suas unidades agrícolas e institutos de pesquisa agrários. A cooperação técnica exercida juntamente com a Embrapa visa preparar e auxiliar estes países para que desenvolvam suas próprias técnicas de cultivo de forma autônoma, adaptando-as de acordo com as suas realidades socioeconômicas e ambientais e de maneira sustentável.

Contudo, ainda existem muito desafios pela frente, como problemas estruturais, administrativos e financeiros que podem comprometer a efetividade de alguns projetos, além de déficits comerciais com a África e a concorrência com outros países na busca de mercados no continente. Entretanto, um distanciamento da região para reverter estes déficits acabaria por comprometer também todos os avanços já feitos na área de cooperação nestes países, junto com as vantagens estratégicas e políticas já exercidas pelo Brasil ao longo do tempo.

A partir destas análises, é importante enfatizar que o presente trabalho buscou compreender e estudar os benefícios e os resultados que a Cooperação Técnica prestada pelo Brasil na África garantiu no início deste século. Portanto, ainda existem muitas questões para serem avaliadas e estudadas desta relação. Além de um maior aprofundamento no estudo dos outros modelos e métodos de cooperação para o desenvolvimento existentes desta parceria.

Muitos dos materiais analisados durante a pesquisa foram obtidos das agências de cooperação e órgãos públicos do governo. Com relação aos projetos de cooperação citados, há uma carência de informações abertas e de livre acesso que informem sobre a eficácia dos programas já estabelecidos. Com isso, não se pode exemplificar ou mensurar com exatidão os verdadeiros efeitos que estes projetos tiveram para a vida das comunidades envolvidas nestes acordos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. **Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa, 2005.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **CGPD - Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Direcao/CGPD>>. Acesso em: 03 abr. 2013a.

_____. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 10 set. 2013b.

_____. **Introdução**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em: 03 abr. 2013c.

_____. **Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Do Setor Cotonícola Nos Países Do Cotton-4**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Cotton4>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

AMORIM, Celso L.N. Perspectivas da Cooperação Internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ANTONIAZZI, Laura. **Brasil e África parceiros no desenvolvimento agrícola sustentável**. 2012. Disponível em: <<http://www.redeagro.org.br/artigo-desenvolvimento-rural/619-brasil-e-africa-parceiros-nodesenvolvimento-agricola-sustentavel>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

BAUMANN, Renato (Ed.). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Brasília: IPEA: ABC, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral**. 2. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/publicacoes>>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT): Manual de Orientação**. 2. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004b. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/publicacoes>>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Cooperação Técnica**. <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica>>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África**. [2010]. Disponível em:

<http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.

CABRAL, Lídia. *Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, Tendências e Desafios*. Rio de Janeiro. **Textos Cindes**. n.26. 2011.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Org.). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Brasília: IPEA: ABC, 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Guia de Relações Internacionais da Embrapa**. Brasília, 2009.

_____. **Projeto da Embrapa na África**. Disponível em: <http://www.embrapa.br/a_embrapa/labex/africa/Escritorio_Africa>. Acesso em: 03 abr. 2013.

_____. **Apoio ao Sistema de Inovação no Setor Agropecuário**. Disponível em: <<http://www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A Construção da Política Africana pelo Itamaraty. **Revista Nueva Sociedad**. 2008.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: Os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.48, n.1, p.24-59. 2005.

LIMA, Marcos Ferreira da Costa; MELO, Vico Dênis Sousa de. **Revalorização do Lugar da África: Política de Desenvolvimento e as Relações Sul-Sul no Governo Lula Da Silva**. Porto Alegre, v.1, n.1. 2010.

MATEOS. Simone Biehler. **Cooperação Internacional: Ajuda ao Próximo e ao Distante**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). ed. 65, n.8. 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Gerenciamento da Cooperação Técnica Internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no Setor Rural: Transferência e Inovação na Difusão de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.56, n.2, p. 5-22. 2013.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**: Projetos de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 2002.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento da Política Externa**: A Evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD – No Período 1995-2005. Brasília: FUNAG, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 20 maio. 2013.

RENZIO, Paolo de. et al. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul**: Como Responder aos Desafios Correntes. Rio de Janeiro. 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Desafios Africanos para “O Mundo que vem aí”: A África Contemporânea na Fronteira Atlântica do Brasil. In: II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: FUNAG, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.51, n.1, p. 87-104. 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v.50, n.2, p. 42-59. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia de Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 29, n.2, p. 273-335. 2007.